

Mais um passo pela moradia popular

Prefeitura de Santos cria grupo técnico de trabalho para revisão de lei complementar que disciplina ocupação de terrenos da Cidade

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

Revisar uma lei complementar de mais de 30 anos que disciplina a ocupação do solo de áreas da Cidade, visando à regularização fundiária e urbanística e, também, a produção e a manutenção de habitação de interesse social.

Esse é o objetivo do Grupo Técnico de Trabalho (GTT-Zeis), cujo decreto de constituição foi publicado na segunda-feira no Diário Oficial de Santos. O foco é atualizar a Lei Complementar 53, de 15 de maio de 1992.

Entre as funções do colegiado, estão a discussão de propostas para a revisão da legislação que dispõe sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e estabelece normas para implantação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS); viabilizar a cooperação entre setores dos órgãos e entidades da Administração Pública e da sociedade civil; o desenvolvimento de estudos, a promoção de debates e a emissão de pareceres e relatórios que fundamentem o novo regramento.

“As Zeis têm um caráter importante na justiça social, nas questões de interesse social. Mas, principalmente, numa das políticas mais importantes, que é a habitação”, afirma o prefeito Rogério Santos (PSDB).

COMPOSIÇÃO

O grupo técnico será formado por dois representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; um da Secretaria de Governo; um da Secretaria de Infraestrutura e Edificações; um da Secretaria de Meio Ambiente; um da Secretaria de Desenvolvimento Social; um da Secretaria das Prefeituras Regionais; um do Departamento de Proteção e Defesa Civil; um da Secretaria



Trabalho do GTT-Zeis se soma às ações de revisão do Plano Municipal de Habitação e de incentivo ao retrofit (modernização), como neste prédio da Praça José Bonifácio, no Centro



Outra tarefa é ajustar a renda da população atendida aos programas de habitação estaduais e federais

ria de Serviços Públicos e um representante da Companhia de Habitação da Baixada Santista (Cohab).

“O planejamento urbano é fundamental para uma cidade como Santos, histórica e que não tem muitas áreas de expansão fora da Área Continental. Então, projetos urbanísticos têm que ser bem planejados. E a gente tem um grupo técnico que agrega outras secretarias, para que isso seja discutido”, complementa o prefeito.

NOVA FRENTE

O grupo técnico é visto como mais uma frente de trabalho da política habitacional do Município. Ele irá propor as adequações consideradas necessárias, tendo

em vista as revisões do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Área Insular de Santos.

Outra tarefa é verificar a compatibilização da renda familiar da população a ser atendida com a instituição de programas pelos governos Estadual e Federal, de modo a priorizar as famílias com maior vulnerabilidade social.

De acordo com a Prefeitura, o trabalho do GTT-Zeis se soma às ações de revisão do Plano Municipal de Habitação — atualmente, na fase de pré-conferências para a Conferência de Habitação —, de incentivo ao retrofit (modernização) e à formação de um banco de terras para habitação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3